



A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROENÇA, Gleice Rodrigues de

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

QUEIROZ, Girlene Aparecida de

Docente do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo discutir a importância da Educação Inclusiva. Apresenta reflexões sobre os desafios dos docentes em sua atuação em sala de aula, com alunos com necessidades educacionais especiais. Ressalta que a falta de formação específica tem sido um desafio para efetivação de uma educação inclusiva de qualidade, nesse contexto apresentamos a importância de uma real aprendizagem para estes alunos, onde suas particularidades e diferenças devam ser valorizadas e aproveitadas para abrir caminhos para uma nova visão de educação. É necessário que o professor esteja preparado para acolher, respeitar e valorizar este discente e seus saberes.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Docentes. Desafios.

ABSTRAT

This article is the result of a bibliographical research that aims to discuss the importance of Inclusive Education. It presents reflections on the challenges of teachers in their classroom performance, with students with special educational needs. It emphasizes that the lack of specific training has been a challenge to achieve an inclusive quality education, in this context we present the importance of a real learning for these students, where their particularities and differences should be valued and used to open the way to a new vision of Education. It is necessary that the teacher be prepared to receive, respect and value this student and his knowledge.

Keywords: Inclusive Education. Teachers. Challenges.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo específico desenvolver uma investigação para buscar soluções para as dificuldades, sanar as dúvidas em relação a educação inclusiva, discutir sobre a necessidade da formação do professor, analisar a prática docente e sua atuação em sala de aula, buscar fundamentação teórica para a compreensão da importância de uma educação inclusiva, para atingir todos os objetivos específicos o estudo será elaborado pesquisas bibliográficas que consiste na análise científica, em livros com o tema abordado, autores como Freire,

Marchesi, Libâneo, leis e documentos, como por exemplo a ECA Estatuto da criança e do adolescente, Declaração de Salamanca, Constituição Federal, Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), entre outros.

A educação inclusiva é uma realidade presente na maioria das escolas brasileiras, diante da sua inclusão impõe uma série de desafios àqueles profissionais que têm alunos com necessidades educacionais especiais em sua sala de aula. Em meio a este cenário, desenvolvemos um estudo com o objetivo de alcançar uma compreensão, buscar reflexões sobre a necessidade de se repensar e modificar a prática pedagógica educacional, tendo em vista a construção de conhecimentos e metodologias que contribuam, e assegurem o direito à diversidade, o acesso ao conhecimento e a inclusão de todos os educandos.

A Educação Inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a construção de uma educação para todos a inclusão das pessoas com necessidades especiais vem sendo discutida com ênfase no âmbito escolar com a proposta de acesso e permanência dos alunos especiais na escola, criando condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos, portanto se faz necessário ser discutido o processo de formação dos professores.

O docente deve ser preparado adequadamente por meio de processo constante, de desenvolvimento profissional, envolvendo formação inicial e contínua, baseada em princípios e leis, tendo como objetivo de contemplar as necessidades de alunos com necessidades especiais.

Sobre formação de professores, de acordo com Souza e Silva (2005), se faz necessária à qualificação profissional para trabalhar na expectativa da inclusão social. É preciso refletir sobre as questões práticas e teóricas, na atuação do professor em sala, buscar reflexão sobre o papel do docente, frente as suas práticas pedagógicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define, no artigo 59, inciso III, que:



“ Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. ” (BRASIL, 1996)

Por meio desta concepção, entende-se que estas orientações citadas sobre a formação dos professores são descritas na legislação, constatando a preocupação das autoridades na relação á atuação pedagógica no atendimento especializado na educação inclusiva.

Segundo Marchesi (2004), é complexo avançar no sentido da escola inclusiva se os professores, em seu conjunto, não adquirem competência suficiente para ensinar a todos os alunos. Esse conhecimento não dever ser somente exclusivo dos especialistas em educação especial. É necessário que todos se envolvam no processo, tenham conhecimentos e habilidades para participar da adequação curricular, elaborar estratégias diferenciadas, superar os desafios diários e intervir juntos ao aluno, buscando alternativas para sanar as dificuldades, oferecer condições de ensino aprendizagem adequadas a necessidade de cada aluno, realizado a inclusão e a socialização escolar.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da Educação Inclusiva inicia-se com a discriminatória da escola e de toda sociedade onde é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação promovendo várias situações de exclusão. Foi marcada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família a escola e a sociedade em geral rejeitavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa de modo que eram excluídos da sociedade.

A partir do século XX, algumas ações começaram valorizar o público deficiente, que buscavam através de movimentos sociais uma luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva.

No Brasil, com a criação de duas instituições iniciaram-se os atendimentos as pessoas com deficiência, a primeira foi em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje chamado de Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX:

“É fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com a superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.”(MEC, 2008)

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que garante o direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, impulsionou ações educacionais voltadas para as pessoas com deficiência e as com superdotação.

A partir da década de 90 ocorreu a Conferencia mundial sobre necessidades educacionais: Acesso e Qualidade (Espanha, 1994), foi proclamada a Declaração de Salamanca (1994) “ que define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação”(UNESCO,1994). Passou-se a considerar a inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais. A Declaração de Salamanca proclama as escolas inclusivas como meio mais eficaz de combater a discriminação; e, determina que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO

O direito de todos à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo um dever do Estado e da família promovê-la.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases Lei 9394/96:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996)

A finalidade da educação é estabelecer uma igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio, pois é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No Brasil, a Educação Inclusiva passa a aparecer como Política Educacional oficial a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que determina que pessoas com necessidades especiais sejam incluídas em salas de aulas de Ensino Regular. A LDB reafirma o direito à educação pública e gratuita para as pessoas com necessidades especiais e se estabelece em seu capítulo V que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL,1996).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um documento formado por um conjunto de leis que garantem os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. A ECA foi criada através da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com base nas diretrizes previstas na Constituição Federal de 1988 e nas normativas internacionais propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Estatuto da Criança e do Adolescente serve como um mecanismo de proteção das crianças (até os 12 anos de idade) e adolescentes (entre 12 e 18 anos).

A Declaração de Salamanca é um documento elaborado na Conferência Mundial sobre a Educação Especial, em Salamanca, na Espanha em 1994 é um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, tem como objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais, é considerada inovadora porque proporcionou uma oportunidade única de incluir a educação especial dentro da estrutura de "educação para todos".

Em janeiro de 2015, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que é destinada a assegurar e promover condições de igualdade aos deficientes, buscando uma maneira de exercer seus direitos e das liberdades fundamentais da pessoa, com o propósito de inclusão social e a cidadania. A LBI possui mais de 100 artigos, todos com o objetivo em comum promover a igualdade de oportunidades, autonomia e acessibilidade a todos proporcionando para milhares de pessoas com deficiência a oportunidade de ser incluídas na nossa sociedade, com direito ao acesso à saúde, educação, trabalho, cultura, lazer, entre outros.

2.2. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O professor enfrenta grandes desafios desde sua formação docente que exige grande conhecimento técnico-científico que permitam qualidade na organização do trabalho pedagógico que lhe é exigido enquanto profissional da educação.

O educador em sua função de professor necessita da formação inicial e se faz necessário uma formação contínua. Entende-se por formação inicial aquela que acontece nos cursos de graduação, e por formação continuada aquele que se faz ao longo da sua carreira, por meio de pós-graduação, cursos, que o próprio docente pode buscar, ou estratégias propostas pelo sistema de ensino, secretarias de educação, e em especial pela própria escola.

O docente não pode se privar de estudar, é essencial a busca de uma formação contínua, manter-se atualizado e desenvolver práticas novas pedagógicas é indispensável para que haja maior mobilização na formação de professores, é necessário criar condições favoráveis tanto na formação quanto na sua prática em sala de aula, o professor deve ser capaz de refletir sobre sua prática e direcioná-la segundo a realidade em que atua voltada aos interesses e das necessidades de cada aluno. Nesse aspecto, Freire, (1996, p.43) afirma que:

“ É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto e análise, deve dela aproximá-lo ao máximo ” (FREIRE, 1996)

É nesse contexto que a formação continuada encontra o seu espaço nas necessidades pedagógicas que visto que;

“ a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso

refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas” (LIBÂNEO, s/d,p,227)

Para refletir sobre a atuação docente, é preciso que a formação continuada seja vista como uma etapa procedimental e fundamental na prática docente, visando a melhoria do ensino e ao rompimento de uma visão de mundo estagnada.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Com a finalidade de compreender conceitos referentes ao tema, utilizou-se como recurso metodológico pesquisa bibliográfica, para conquistar os objetivos desse artigo foi feito inicialmente um levantamento bibliográfico através de pesquisas em artigos, leis e documentos oficiais referentes ao tema em estudo.

Em seguida após o levantamento, apresentou-se um breve resumo da história da educação inclusiva, apresentando os principais termos que constituem a estrutura teórica da educação inclusiva e os principais documentos legais, também foi citado sobre a importância da formação docente, com o objetivo de buscar reflexões e obter informações sobre o processo de formação dos professores.

4. CONCLUSÃO

Com base no estudo realizado, conclui-se que a educação inclusiva constitui-se de um fator importantíssimo para a transformação social. Portanto, pensar na formação dos professores nessa perspectiva, caracteriza-se como uma ação fundamental para que a inclusão educacional ocorra o professor deve estar em constante formação, buscando uma maior articulação entre a teoria e prática.

É necessário que haja uma conscientização por parte de todos para que aconteça a inclusão, começando por um projeto pedagógico que envolva a instituição a família e principalmente o aluno com necessidades especiais, visando o seu melhor desenvolvimento dentro e fora da instituição, para isso o professor deve estar cada dia se preparando e absorvendo conhecimentos que façam a diferença dentro de sala de aula, e que possibilite ao aluno conteúdos adaptados conforme a sua necessidade.



Com isso, aprender a trabalhar com a inclusão é um desafio para os docentes e para escola de modo geral, que necessitam criar meios para aprender a trabalhar nesse aspecto. Assim, o professor, cuja função é ensinar, tem também a necessidade de aprender, ser pesquisador e estar em constante formação na busca por uma escola inclusiva, que proporcione um ambiente que aceite as diferenças independentemente das suas condições físicas, sociais, étnicas, religiosas e linguísticas, é necessário que o professor possa trabalhar acreditando que o aluno tenha potencialidades a serem desenvolvidas, promovendo uma educação diferenciada, que responda as necessidades individuais de cada aluno.

5.REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.** Sobre Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em:

<http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf > Acesso em: 29 de maio, 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e terra,1996

JUNUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF jan. 2008 a.

[Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n° 555/2007, prorrogada pela portaria n° 948/2007, entregue ao ministro da educação em 7 de janeiro de 2008] Disponível em <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 > Acesso em: 28 de Setembro, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.**

LIMA, P.A. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo; AVERCAMP, 2002

MARCHESI, A. **Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas.** IN:

Desenvolvimento Psicológico e Educação 3. Porto Alegre, 2004

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Declaração de Salamanca.** *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.* São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca>> Acesso em: 29 de maio, 2018.

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

SOUZA, Rita de Cácia e SILVA, Greice Santos. **Desafios para o educador inclusivo: o educador frente à diversidade e à inclusão.** Revista da FACED, nº 09, 2005.